

# TERRITÓRIO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELAÇÕES RELEVANTES PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Regilane Fernandes da Silva<sup>1</sup>  
Manoel Vital de Carvalho Filho<sup>2</sup>

A relação da economia solidária com a promoção de desenvolvimento sustentável em territórios urbanos e rurais é um debate que representa o próprio cerne da economia solidária, embora sua tradução nem sempre se encontre explicitada no conceito amplamente divulgado dela.

Para entender isso, vamos buscar aqui inicialmente fazer um resgate – mesmo que bastante sucinto – de como os conceitos de economia solidária, desenvolvimento sustentável e território se encontraram para formular pauta estratégica para os movimentos sociais no Brasil.

É comum encontrarmos em documentos oficiais, seja do movimento organizado, seja de governo, a economia solidária definida como um conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo e finanças solidárias, cuja característica principal é a organização autogestionária, associativa e cooperativa do trabalho, que tem como sujeito fundamental a figura dos empreendimentos econômicos solidários (EES).

Esta é uma formulação, muito mais centrada na dimensão econômica – no sentido “clássico”, ou seja, das atividades de produção, distribuição e consumo de bens e serviços – que, de imediato, não dá conta de traduzir todo o caráter sociopolítico da economia solidária, que a fundamenta como estratégia para pensar e fazer processos de desenvolvimento local, comunitário, territorial, em bases justas, solidárias e sustentáveis.

Em 2002, Paul Singer já nos lançava luzes para o entendimento desse conceito como sendo originário e marcado pela primeira fase histórica da economia solidária, que ele chama de fase do “cooperativismo revolucionário”. Ou seja, um conceito ligado ao momento em que a economia solidária – embora não ainda com esta nomenclatura – desponta como caminho de resistência da classe trabalhadora à ampla exclusão gerada pela revolução industrial; em um momento que coloca trabalhadores e trabalhadoras em profunda crítica e enfrentamento ao modo capitalista de produção (Singer, 2002).

---

1. Assistente social. Mestranda em meio ambiente e desenvolvimento rural na Universidade de Brasília (UnB). Analista técnica de políticas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). *E-mail*: <regilanefernandes13@gmail.com>.

2. Engenheiro agrônomo. Consultor em desenvolvimento territorial sustentável, economia solidária, cooperativismo e agroecologia. *E-mail*: <vitalcarvalho@brasil.com>.

De fato, a revolução industrial do século XVIII, marcada pela substituição da força de trabalho humana pelas máquinas, aprofundou de tal maneira o nível de exclusão social próprio do sistema capitalista, que impulsionou o processo de organização da classe trabalhadora na busca de superação das condições às quais estava submetida, alavancando, entre outros resultados, os processos de constituição de cooperativas.

O próprio Singer (2005) lembra-nos que, embora as bases fundamentais para o surgimento do cooperativismo no mundo já pudessem ser identificadas em diferentes fases históricas, há um reconhecimento social de que a experiência vivida pelo grupo de operários tecelões organizados em torno da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, em 1844, na Inglaterra, foi o marco histórico para a consolidação de uma nova lógica de organização em torno do trabalho associativo, cooperativo e autogestionário.

Ou seja, embora a concepção de economia solidária não se limite à geração de trabalho, ocupação e renda, suas origens carregam em si a marca da luta dos excluídos. No Brasil, não é difícil compreender por que o período reconhecido como de seu “surgimento” é exatamente os anos 1990, com uma conjuntura de profunda recessão econômica, arrocho salarial e altos índices de desemprego e exclusão social.<sup>3</sup>

Essas raízes nas experiências práticas de resistência da classe trabalhadora, na luta pela superação das desigualdades e da marginalização, justificam a consolidação de um conceito, que, em sua formulação, dá conta muito mais das atividades produtivas do que das lutas mais amplas embutidas na perspectiva da economia solidária.

Mas, é novamente Singer, com sua visão sempre lúcida e pioneira, que ainda em 2002, superando a mera perspectiva de “nova forma de organização produtiva”, apresenta a economia solidária como uma concepção mais aproximada das novas práticas de desenvolvimento local/comunitário, ao apontar a solidariedade como elemento aglutinador das forças sociais necessárias para a construção de uma sociedade mais igualitária, a partir do “microuniverso” da comunidade (Singer, 2002).

No Brasil, especialmente entre o período de 2003 aos dias atuais, com a rápida organização do movimento brasileiro de economia solidária – que tem no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES),<sup>4</sup> na União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas),<sup>5</sup> no Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR),<sup>6</sup> na Rede de Economia Solidária e Feminista (Resf)<sup>7</sup> e

3. Sobre as origens do conceito de economia solidária, ver Silva (2018a).

4. FBES é um instrumento do movimento da economia solidária, organizado em todo o país em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3 mil empreendimentos de economia solidária, quinhentas entidades de assessoria, doze governos estaduais e duzentos municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária.

5. Unicopas, que aglutina as três grandes organizações nacionais do cooperativismo, quais sejam: a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil), a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (Concrab), e, mais recentemente, a Central UniCatadores, que reúne cooperativas de catadores de recicláveis de todo o Brasil.

6. MNCR, organizado em todo o Brasil há quatorze anos, reunindo grupos informais e cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária que atuam com resíduos sólidos.

7. Resf é uma articulação de EES cuja gestão faz-se com o protagonismo de mulheres tanto de ambientes rurais quanto urbanos.

na Articulação Nacional de Juventudes e Economia Solidária (Juvesol)<sup>8</sup> suas maiores expressões organizativas –, foi possível acompanhar o amadurecimento de concepção da economia solidária no seu reconhecimento como estratégia de desenvolvimento e na sua relação com a perspectiva territorial do desenvolvimento em bases sustentáveis.

Os principais documentos de referência do movimento de economia solidária a partir dos anos 2003 já a reconhecem fundamentalmente como estratégia de desenvolvimento sustentável. Isto não se dá por acaso. A consolidação da economia solidária no Brasil, como prática de organização socioeconômica de sujeitos historicamente excluídos do acesso aos direitos fundamentais e ao trabalho como um direito, dá-se concomitantemente aos avanços dos debates e dos acordos mundiais em torno da perspectiva sustentável do desenvolvimento, que tiveram o Brasil como um dos palcos principais.<sup>9</sup>

Sem dúvida, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), no Rio de Janeiro, e a sequência de acordos mundiais dali decorrentes, sintetizaram a pressão social por um modelo de desenvolvimento que imprimisse maior equilíbrio entre crescimento econômico, preservação ambiental, inclusão e justiça social, entre outros aspectos fundamentais.

Nos anos seguintes, o Brasil amadureceu nos debates sociais e nas políticas públicas quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável, passando a incorporar perspectivas específicas em múltiplas dimensões, como: a) na *dimensão ambiental*, a valorização das perspectivas e práticas agroecológicas, imprimindo novos sentidos para a organização produtiva; b) na *dimensão social*, a gestão social como método e perspectiva na relação entre Estado e sociedade; c) na *dimensão econômica*, a economia solidária em uma construção contra-hegemônica, imprimindo caráter democrático às dinâmicas econômicas das comunidades, pela lógica da autogestão, da cooperação e da solidariedade; d) na *dimensão política*, o reconhecimento das diferentes forças políticas e dos possíveis arranjos institucionais, parcerias e ações em redes como novas dinâmicas entre os sujeitos sociais e as organizações estatais; e e) na *dimensão cultural*, a valorização das identidades e dos saberes como elementos aglutinadores dos sujeitos, para atuarem como copartícipes dos processos de promoção do desenvolvimento no seu território.

É fruto desse amadurecimento que, em 2003, o movimento de economia solidária consegue inserir a economia solidária nas políticas públicas, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), e, entre 2004 e 2011, período que marcou o início do que se convencionou chamar “Era Lula”, a economia solidária passa a figurar pela primeira vez no planejamento da agenda pública nacional, constando no Plano Plurianual (PPA) do governo federal como Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

Essa articulação temática foi uma perspectiva que conseguiu ser sustentada no planejamento das políticas públicas para os anos seguintes. Talvez pelo facilitador de ter Paul Singer à frente da então Senaes, durante os anos 2003 a 2016, o governo federal assumiu a economia solidária circunscrita no campo políticas voltadas à

8. Juvesol, criada em 2015, articulando empreendimentos e iniciativas juvenis no tema da economia solidária em contextos rurais e urbanos.

9. Sobre a trajetória histórica da formação de um movimento nacional de economia solidária no Brasil, ver Silva (2018b).

promoção de desenvolvimento, embora lhe conferindo ainda o trato de política periférica (vide PPAs 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015).<sup>10</sup>

Até aqui fizemos um exercício de rápida síntese da visibilidade pública da relação entre economia solidária e desenvolvimento sustentável no Brasil. Uma trajetória de longos anos, marcada por intensos debates, reflexões de dentro para fora do próprio campo de organização do movimento brasileiro de economia solidária, que chega a incidir de maneira forte nas políticas públicas. Embora não tão forte a ponto de dar à pauta um caráter de agenda central para o governo.

Por sua vez, a relação da economia solidária com o tema de territórios e territorialidade aparece como um processo muito mais recente. E, com algum atrevimento, ousou aqui dizer que em uma trajetória inversa ao ocorrido com o tema do desenvolvimento sustentável. Isto dito porque, do ponto de vista da economia solidária, o tema de territórios apareceu primeiro no âmbito das políticas públicas, impulsionado pela luta dos movimentos sociais do campo, para só então passar a compor um debate mais substancial no seio das organizações de linha de frente do movimento de economia solidária.

Concomitantemente à criação da Senaes, em 2003 o governo federal havia criado também, no âmbito do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), por força da pressão dos movimentos sociais do campo, que reclamavam por uma política para a agricultura familiar, capaz de articular promoção de desenvolvimento sustentável em territórios rurais de identidade.

No ambiente da SDT os territórios foram, então, definidos como espaços físicos, não necessariamente contínuos, socialmente construídos a partir de elementos de identidade que geram coesão social, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como: o ambiente, a economia, a formação histórico-cultural, as instituições políticas e os grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente.

Tendo o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais Sustentáveis (Pronat) como principal instrumento de política pública, a SDT compreendeu a abordagem territorial como uma estratégia indutora de desenvolvimento que considera o território como unidade básica para a formulação, a implementação, a integração e a avaliação de políticas públicas. Nessa perspectiva, o território passa a ser entendido como ambiente fértil para a articulação das diversas forças políticas e dos grupos sociais distintos, bem como a articulação entre a demanda social e a oferta de bens e serviços públicos.<sup>11</sup>

Pode-se dizer que Senaes e SDT, por sua própria origem e pelas relações pessoais constituídas por seus dirigentes, desenvolveram uma relação de “secretarias irmãs”, não apenas pelo fato de terem sido criadas no mesmo período, mas porque de fato, no âmbito rural, as ações de ambas se cruzavam no atendimento aos EES. Entretanto, as convergências de beneficiários e de agendas não foram suficientes para fomentar, no seio dos movimentos sociais, o adequado debate da relação economia solidária e desenvolvimento sustentável com abordagem territorial.

10. Sobre a participação da economia solidária nos PPAs do governo federal, ver Cunha (2012), Nagem e Silva (2013) e Silva (2017).

11. Sobre a abordagem territorial de políticas públicas e o Pronat, ver Silva (2013; 2014).

Uma análise de como o tema de territórios foi gradativamente aparecendo nas Conferências Nacionais de Economia Solidária (Conaes) pode ser bastante reveladora de tal afirmação. Senão, vejamos. Apesar da existência da SDT, desde 2003, articulando nacionalmente forças do próprio movimento cooperativista, a I Conaes, realizada em 2006, com o tema “economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”, traz o debate sobre territórios apenas em alusão à demanda por regularização dos territórios dos povos quilombolas.<sup>12</sup>

Ou seja, três anos se passaram sem um debate mais profundo sobre a construção social de territórios como espaços de disputa de hegemonia da economia solidária como estratégia de desenvolvimento.

Na II Conaes, realizada em 2010, com o tema pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável, a questão territorial é tratada muito mais do ponto de vista tático-operacional de reconhecimento e relação com os territórios de identidade e territórios de cidadania, oriundos da relação das lutas dos povos do campo com as políticas do MDA, do que como uma apropriação dos espaços sociais construídos, na disputa de projetos de sociedade.

Ainda que com estas fragilidades, no ano seguinte o governo federal atende às proposições do movimento quanto ao reconhecimento de territórios como espaços estratégicos, fazendo duas movimentações básicas. Primeiro, inserindo a economia solidária no PPA 2012-2015, no Programa Temático de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, articulando-se com a ação de quatro outros ministérios.<sup>13</sup> Em segundo lugar, canalizando grande parte do orçamento e das políticas da Senaes para a oferta de ações integradas para desenvolvimento sustentável e superação da pobreza a partir da abordagem territorial.

Dessa forma, a Senaes lançou, ainda em 2011, chamadas públicas específicas para apoio a ações integradas de economia solidária em territórios, cujo resultado principal foi a constituição de uma ampla rede de parceiros de governos municipais e estaduais que possibilitou contabilizar um total de 2.275 municípios envolvidos em ações com abordagem territorial, abrangendo 44 territórios com recortes urbanos e rurais.<sup>14</sup> Para tanto, a Senaes adota o conceito de territórios desenvolvido pela SDT.

Somente na III Conaes, já em 2014 (ou seja, doze anos após estar inserida na agenda pública nacional), a economia solidária brasileira debruça-se em maiores debates sobre desenvolvimento sustentável com abordagem territorial, ao discutir a construção de planos territoriais, estaduais e nacional de economia solidária.

Esta conferência assimilou muitas das perspectivas apontadas pelo FBES, na V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em 2012, em que o movimento afirma território como “um conceito aberto, abrangente, complexo, em construção,

12. Sobre o processo de realização e as principais deliberações das Conaes, ver Silva, Cunha e Silva (2018).

13. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Integração Nacional (MI) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

14. Dados administrativos da Senaes para o ano de 2013.

que deve contemplar as relações econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas, etc. dentro desse território e a relação com outros movimentos sociais” (FBES, 2013). E ainda, como espaço em que se articulam ações em prol dos valores e princípios da economia solidária.

É o espaço onde ocorrem as relações sociais, potencializando o que é comum, respeitando as diferenças e construindo, a partir do diálogo, o sentimento de pertencimento e laços de identidade. (...) É espaço de construção da autogestão para além dos empreendimentos (FBES, 2013, p. 51).

Mas, olhando para a realidade dos tempos atuais, em que o próprio governo federal abandona a abordagem territorial e o fortalecimento de territórios no campo das políticas públicas, em que interessa manter o debate sobre a construção social de territórios de identidade da economia solidária?

Milton Santos (2008) nos dá luz para o entendimento desta importância ao considerar território como lugar de possibilidades, cujo processo de habitação e apropriação oportuniza o desenvolvimento de novas sinergias que possibilitem transformações do espaço, das pessoas e das realidades.

Em sua V Plenária, realizada em 2012, o FBES já sinalizava a necessidade de desenvolver uma perspectiva de território e territorialidade, em que a economia solidária brasileira transpusesse a mera articulação com os espaços físicos homologados como territórios nas políticas de governo, considerando a construção de territórios da economia solidária, mais como campo estratégico de disputa do que como novos recortes geográficos.

Nesta perspectiva, o FBES elencou como motivações para reorganização de sua luta a partir do território: ter o espaço comum de vivência como ponto de partida para imersão na realidade; olhar de perto para onde as relações econômicas acontecem é fundamental para acompanhar seus efeitos e entender qual o sentido do desenvolvimento que estamos construindo; a ampliação das relações e lutas dos movimentos (campo-cidade, étnicos, ecologia, feminismo...); a ampliação das possibilidades de pactuação entre sujeitos, institucionalidades e políticas.

De fato, apropriar-se do espaço social do território pode significar para a economia solidária a oportunidade de construção de pactos – com movimentos e organizações sociais, trabalhadores(as) da economia solidária e mesmo com governos – em torno da promoção do desenvolvimento sustentável que vai para além de geração de trabalho e renda, ao mesmo tempo em que possibilita pautar políticas públicas a partir do reconhecimento das especificidades de cada realidade, aproximando o tema das políticas públicas para o cotidiano dos empreendimentos e das populações locais historicamente excluídas. E nisto reconhecer e articular-se com o conjunto dos outros movimentos e das outras lutas nos territórios (mulheres, agroecologia etc.).

Pode-se destacar como algumas *oportunidades* da abordagem territorial para a economia solidária:

- defesa da economia solidária no exato lugar em que deve estar, ou seja, como estratégia de desenvolvimento sustentável;

- reconhecimento e articulação mais ampla da economia solidária com outras bandeiras e movimentos sociais/populares, fortalecendo seu papel político e suas possibilidades de incidência nas questões e dinâmicas territoriais;
- ampliação e fortalecimento das relações em redes de cooperação (socioeconômicas), em uma ação intra e interterritórios;
- desenvolvimento de estratégias mais acertadas de dinamização econômica dos territórios a partir do debate da soberania territorial e economia solidária dentro dela;
- maior força política e maior oportunidade de acesso, articulação e incidência nas políticas públicas.

Portanto, pode fazer sentido para a economia solidária adotar, em seus processos de planejamento e organização de suas estratégias, algumas das premissas básicas da abordagem territorial, quais sejam:

- o reconhecimento e a valorização das identidades que fortalecem o senso de pertencimento e de corresponsabilidade dentro do território;
- o reconhecimento, a valorização e a potencialização das forças locais (econômicas, culturas, políticas), desde que convergentes com os processos democráticos e emancipatórios das pessoas e suas organizações coletivas;
- a criação, o fortalecimento, a ampliação de mecanismos de participação, a gestão e o controle social, por meio de instâncias colegiadas;
- o estímulo à organização, ao planejamento e à implementação de processos de desenvolvimento: planos (planos territoriais de desenvolvimento, planos territoriais de cadeias produtivas, planos de negócios); projetos estratégicos (econômicos, sociais, ambientais etc.); ampliação de capacidades locais (formação, assessoramento técnico e político);
- o adequado diálogo entre demandas sociais e políticas públicas;
- a constituição de arranjos institucionais e de redes de cooperação solidária.

Entretanto, figuram como alguns dos *desafios* da abordagem territorial para a economia solidária:

- os vícios da relação entre políticas públicas e identidades territoriais. As políticas de governo imprimindo identidades têm repercussões não necessariamente positivas na autonomia e no empoderamento dos sujeitos (individuais e coletivos) nos seus espaços de vida;
- para dentro da gestão pública, seja ela municipal, seja estadual ou federal, os vários recortes territoriais – territórios rurais, territórios da cidadania, mesorregiões, territórios da pesca, territórios quilombola, territórios da paz etc. – dificultam, por parte dos sujeitos sociais, a adequada apropriação da abordagem territorial e do território como espaço vivo, de disputas e de convergências;
- em sua maioria, os EES ainda não conhecem e não se apropriaram suficientemente da abordagem territorial e do território de forma a ampliar seu potencial e sua atuação enquanto sujeitos políticos, para além de suas finalidades de “negócios”;
- as maiores referências que se tem no Brasil sobre processos de organização para promoção do desenvolvimento a partir da constituição de territórios ainda são no meio rural, ficando o contexto urbano ainda bastante desprovido de estratégias, metodologias e políticas adequadas às suas realidades.

É certo que, com o sucessivo enfraquecimento das políticas de desenvolvimento territorial, ao longo dos últimos anos, e com a abrupta mudança de gestão no governo federal, frutos do processo de retirada da então presidenta eleita Dilma Rousseff do poder em 2016, vivemos hoje um contexto extremamente adverso, de redução drástica das políticas públicas de inclusão socioeconômica, nas quais as políticas territoriais e as de economia solidária estão inseridas.

Portanto, falar da maior articulação entre economia solidária e construção de territórios de identidade neste momento significa assumir a dificuldade de processos que não estejam ancorados em apoio público para seu desenvolvimento. São novas correlações de forças e novas perspectivas de desenvolvimento, estado e políticas públicas que estão em jogo.

Mas, é importante lembrar que modificar uma realidade territorial, promovendo desenvolvimento, significa sobretudo modificar as relações sociais estabelecidas, seja dos agrupamentos humanos entre si, seja destes com a natureza, sejam as relações político-institucionais que consolidam visões e perspectivas de mundo.

Pelos seus acúmulos na organização de coletivos autogestionários de produção/comercialização/consumo; pela sua capacidade e pelo conhecimento nos processos de organização de redes de cooperação solidária; pelas práticas da criação e/ou consolidação de mercados diferenciados via comércio justo e solidário, entre outros acúmulos, a economia solidária já conhece os caminhos de apropriação territorial dos espaços, de forma a promover novas dinâmicas de interação social capazes de gerar transformações socioeconômicas.

Portanto, apropriar-se adequadamente da perspectiva do desenvolvimento sustentável por estratégias territoriais, tendo o território como ponto de partida, em contextos tão adversos quanto os tempos de agora, poderá, para esses próximos anos, ser um bom desafio a ser assumido pela economia solidária no Brasil, como contribuição que possa dar na soma das lutas sociais do campo e da cidade.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, G. C. **Outras políticas para outras economias**: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2013.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, v. 21, n. 46, p. 159-183, 2013.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, S. P. **Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1898).

\_\_\_\_\_. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. *In*: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.

\_\_\_\_\_. A economia solidária no PPA 2012-2015. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 63, p. 57-70, 2017.

\_\_\_\_\_. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil**: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. Rio de Janeiro: Ipea, 2018a. (Texto para Discussão, n. 2361).

\_\_\_\_\_. **Laços na diversidade**: análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2018b. (Texto para Discussão, n. 2367).

SILVA, S. P.; CUNHA, G. C.; SILVA, R. F. **Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental**: uma análise processual das Conferências Nacionais de Economia Solidária. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2360).

SINGER, P. I. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: FPA, 2002. p. 7-23.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de economia solidária. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2005.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: MDA, 2005. (Série Documentos Institucionais).

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Referências para a dinamização econômica nos territórios rurais**. Brasília: MDA, 2010. (Série Documentos de Dinamização Econômica).

\_\_\_\_\_. **Documentos de referência para elaboração do PPA 2012-2015**. Brasília: MP, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003-2010**. Brasília: MTE, 2012.

MANCINI, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.

